

ENTREVISTA

Cenários de Transformação da Investigação Científica em Angola

Scenarios of Transformation for Scientific Research in Angola

Escenarios de transformación de la investigación científica en Angola

Felizardo Tchiengo Bartolomeu Costa¹

Instituto Superior de Administração e Finanças, Angola

felicosta_4@hotmail.com

José Brissos-Lino²

Universidade Lusófona, Portugal

jose.lino@ulusofona.pt

Estêvão Luemba Mazebo³

Instituto Superior Politécnico Atlântida, Angola

estevaomazebo1@gmail.com

Álvaro Cassumba da Costa⁴

Instituto Superior Politécnico Atlântida, Angola

alvarocassumbadacosta@gmail.com

Resumo

Nesta entrevista ao Prof. Doutor Felizardo Costa, docente universitário e investigador científico, aborda-se o estado actual da investigação científica em Angola, a importância da produção científica e seus suportes e a batalha da educação em Angola, passado meio século da independência do país. Mas também os obstáculos dos jovens no acesso ao ensino superior e a ligação deste com o mundo empresarial e do trabalho.

Palavras-chaves: Educação, Ensino Superior, Investigação Científica.

¹ Doutor. Professor Auxiliar. Membro da Equipa Técnica de implementação do Repositório Angolano de Acesso Aberto

² Doutor. Entrevistador. Docente e Investigador. Director da Revista Olhar Científico.

³ Doutor. Editor Chefe da Revista Olhar Científico

⁴ Mestre. Editor Adjunto da Revista Olhar Científico

Summary

In this interview with Professor Felizardo Costa, lecturer and researcher, we discuss the current state of scientific research in Angola, the importance of scientific production and its supports and the battle for education in Angola, half a century after the country's independence. But also the obstacles young people face in accessing higher education and the link between higher education and the world of business and labour.

Keywords: Education, Higher Education, Scientific research.

Resumen:

En esta entrevista con el Prof. El Doctor Felizardo Costa, profesor y investigador, aborda el estado actual de la investigación científica en Angola, la importancia de la producción científica y su apoyo y la batalla por la educación en Angola, pasado Medio siglo de la independencia del país. Pero también los obstáculos que enfrentan los jóvenes para acceder a la educación superior y su vinculación con el mundo empresarial y laboral.

Palabras clave: Educación, Educación superior, Investigación Científica.

Notas biográficas do entrevistado

Doutor em Psicologia pela Faculdade de Ciências e Letras de Assis, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Brasil.

Professor universitário, autor e coautor de diversos livros, dentre os quais se destacam: Saberes e práticas universitárias (2021); Gestão escolar: delírios e provocações (2021) e Significando práticas e praticando significações: sentidos do trabalho docente (2013).

Possui publicações em revistas científicas internacionais e nacionais, destacando-se: Educação e Ensino em Tempo de Emergência: Realidades e Desafios em Angola (2020); Reestruturação do Ensino Superior e os Novos Espaços para a Extensão Universitária em Angola (2020); As dinâmicas psicossociais do trabalho das

zungueiras angolanas (2020); Dilemas da (re)inserção pelo trabalho na saúde mental (2020); Paradoxos do trabalho no capitalismo contemporâneo (2016).

É fundador do primeiro Portal de Revistas Científicas Angolanas, Editor da Revista Angola de Extensão Universitária e membro do corpo editorial de outras revistas nacionais e estrangeiras.

É membro do grupo do MESCTI para Promoção do Acesso Aberto à Informação Científica em Angola.

É Coordenador da Comissão Técnica de Implantação do repositório Angolano de Acesso Aberto, de iniciativa do MESCTI e financiado pela Expertise France.

1) Como define o estado actual da investigação científica em Angola?

Eu diria que o estado actual da investigação científica em Angola é substancialmente melhor do que há cinco anos atrás. Um bom exemplo disso são, por um lado, as iniciativas do poder público voltadas para a qualificação do subsistema de ensino superior e, por consequência, do próprio Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, com o surgimento de programas como PDCT (Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), o UNI.AO, o Projeto TEST e outros.

É importante ressaltar que, nos últimos tempos, também têm surgido, ou ganhado maior visibilidade, um conjunto de mecanismos legais que viabilizam a realização da investigação científica. São exemplos disso: a Política Nacional de Ciência e Tecnologia, o Estatuto da Carreira de Investigador Científico e a Política de Financiamento da Investigação Científica, actualmente sob responsabilidade da Fundação de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECIT).

A FUNDECIT representa um avanço significativo para a investigação científica no nosso país, pois, pela primeira vez em muitos anos, temos uma instituição específica para o financiamento da investigação.

Uma de suas características mais interessantes é que o financiamento é feito por meio de editais, democratizando o acesso aos recursos financeiros. Além

disso, por ser uma instituição perene, a FUNDECIT pode amadurecer e ajudar a fortalecer os mecanismos de financiamento público.

É igualmente importante destacar a mudança de cenário em relação à produção científica em Angola e o aumento no número de veículos de comunicação científica.

O último levantamento realizado pela UNESCO e *Redalyc* apontou, em 2020, a existência de cerca de 23 revistas científicas, com tendência de aumento. Este aumento é impulsionado, em parte, por processos como a autoavaliação e a avaliação externa, que criam uma espécie de obrigação tácita para o aprimoramento contínuo.

2) Qual é a real importância da produção científica no país e, em geral, qual é a relevância das revistas científicas angolanas, em seu entender?

Acredito que para responder a essa pergunta, precisamos obrigar-nos a pensar na produção científica em termos de criação de riqueza.

Explico-me: se, por um lado, geramos riqueza ao nos envolvermos em iniciativas de produção agrícola, por outro, essa produção é possível graças ao conhecimento gerado previamente por meio da investigação científica, como, por exemplo, pesquisas sobre fertilizantes, qualidade do solo, etc. Portanto, quando se pergunta qual é a real importância da produção científica para o país, parece-me que o principal papel da produção científica é viabilizar outras formas de criação de riqueza, pois é por meio dela que promovemos transformações tecnológicas e avanços no conhecimento e nos instrumentos que utilizamos para gerar riqueza em todas as áreas.

Sob essa perspectiva, se temos uma produção científica nacional, ela pressupõe que já estamos a realizar alguma pesquisa voltada, para o contexto específico em que será aplicada. Deste modo, ao investigar sobre os solos angolanos, o artigo científico resultante dessa pesquisa será útil para quem trabalha com esses solos.

Além disso, entendo que a produção científica é estratégica para o país, pois não se trata apenas de publicar, mas também de divulgar produtos

científicos, como artigos, livros e outros, que atendam a interesses nacionais. Não apenas porque são publicados em Angola, mas porque contribuem diretamente para nossa agenda nacional.

Outro exemplo, pode ser a investigação em educação, que através da inovação pedagógica, pode ajudar-nos a compreender e superar as limitações dos recursos pedagógicos utilizados em nossas escolas. O ideal seria que esses trabalhos pudessem ser encontrados em revistas científicas, em livros ou outros veículos de comunicação e de divulgação científica, por formas a tornarem-se acessíveis para os profissionais fora do circuito universitário.

Estes veículos de comunicação científica, desempenham um papel essencial, pois se tornam repositórios das descobertas realizadas. Se tivermos revistas científicas angolanas suficientes para absorver o volume de produção científica actual, conseguiremos também preservar uma certa identidade científica nacional. Isso não significa propor uma espécie de nacionalismo metodológico, mas de reivindicar uma ciência alinhada com as principais demandas e questões locais das diversas áreas e campos de estudo.

3) Meio século após a independência, acha que Angola está a ganhar a batalha vital da educação? Porquê?

Eu acho que Angola ainda não está a ganhar a batalha, porque na verdade a principal batalha da educação na minha opinião é alfabetização e essa estamos longe de ganhar.

Quando falo em alfabetização não é apenas alfabetização como um ensino instrumental, ou um simples uso instrumental da língua, que apenas a capacidade de juntar sons, mas também da oportunidade que as pessoas que estão a juntar esses sons venham a ter de criar e inventar novos mundos, simbólicos ou não.

O resultado recente da experiência dos exames nacionais que foram feitos pelo Ministério da Educação são um bom barómetro ao permitiram-nos ter

informações precisas sobre os problemas respeitantes à Língua Portuguesa e a Matemática.

Num país que utiliza a Língua Portuguesa como língua oficial se nós não temos o domínio da mesma, teremos grande dificuldade de fazer as transformações de que precisamos como país, daí que precisamos de um sistema educativo que cumpra o papel de preparar os alunos para além da simples repetição e aí entra a necessidade também de articulação com a investigação científica, como algo que deveria fazer parte de maneira transversal dos nossos currículos.

O problema com a Matemática é parecido. Ele conduz-nos a uma debilidade muito grande: jovens que têm medo de escolher cursos que têm no seu núcleo as matemáticas.

Este horror à Matemática vai afastá-los de áreas como Informática, Engenharias, Contabilidade, Física, Química, entre outras, por medo, de enfrentar matérias que exigem forte base matemática.

A outra questão que me faz pensar que ainda precisamos de caminhar muito em relação à educação é que, apesar das inovações que têm sido feitas na legislação do campo da educação, não tivemos ainda tempo de reflectir sobre os resultados das mudanças nas leis, isso porque as mudanças têm sido frequentes e muito rápidas, não dando à própria lei, oportunidade de amadurecer. Em menos de 20 anos, já fizemos pelo menos 3 mudanças da nossa Lei de Bases do Sistema Nacional de Educação, entretanto, essa situação tem uma grande desvantagem, que é a falta de estabilidade do próprio sistema de educação.

Uma política pública precisa de tempo de maturidade e me parece que não temos tido esse tempo para avaliarmos o desempenho da política sobretudo uma política que se altera tantas vezes em tão pouco tempo. Então parece-me que também falta alguma estabilidade em relação à educação para que de facto possamos começar a contabilizar aquilo que poderíamos considerar como ganhos sociais da educação, pela análise dos seus efeitos.

4) É um homem da educação. Na sua opinião quais são os obstáculos principais no acesso dos jovens ao ensino superior no país?

Um dos principais obstáculos hoje para o acesso ao ensino superior é a falta de uma política de promoção e universalização do ensino superior. Como sabemos em Angola, a educação superior não é um direito constitucional, não há portanto a ideia de universalização do ensino superior.

Compreendo que se concebêssemos o ensino superior como universal, seriam obrigatoriamente mobilizados recursos para garantir o máximo acesso ao ensino superior e aqui devo frisar, que me refiro a um ensino superior público e de qualidade.

A falta de uma concepção de universalização, se torna em si mesma, um dos principais obstáculos, fazendo com que nos descuidemos, por exemplo, de pensar e discutir a problemática não só do acesso, mas também da permanência.

Muitas vezes, os jovens conseguem ingressar nas instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas, mas desistem ao fim do primeiro ou do segundo ano, pois não conseguem arcar com as responsabilidades. Não me refiro apenas à propina, mas também à compra de material, transporte, etc. Para esses alunos, precisamos de políticas de financiamento, como bolsas de estudo, ainda que sejam parciais.

A criação de campi universitários equipados com alojamento é fundamental para atender os estudantes que não têm capacidade de pagar aluguéis mais altos.

Outro problema, não menos importante, é a falta de programas de orientação vocacional no ensino secundário que ajudem os jovens nas escolhas não somente dos curso, mas de projectos para o futuro.

Voltando à questão da política de universalização, ela deve contar também com a ampliação da rede de oferta de ensino superior público (essencialmente). Hoje, em Angola, temos uma situação em que cerca de 70% das instituições de ensino superior são privadas e apenas 30% são públicas. O que isso significa? Significa que a principal oferta de ensino superior em

Angola é paga e, quando dizemos que é paga, referimo-nos a mensalidades que muitas vezes não cabem no bolso das famílias. Não podemos esquecer que a maior parte das famílias em Angola (70 a 75%) depende do setor informal. Portanto, é necessário ter uma política pública de universalização do ensino superior que contemple uma expansão significativa da rede de ensino superior público.

Portanto, parece-me claro que a falta de universalização produz externalidades de vária ordem, inclusive ajuda a alimentar a narrativa segundo a qual o ensino superior não é para todos, o que deixa muito clara a ideia, de que ele seria apenas para alguns escolhidos.

Essa narrativa excludente constrói um conjunto de práticas sociais que, na verdade, ajudam a obstaculizar o acesso de jovens de famílias mais pobres. Uma política pública que universalize o ensino superior também deve prever uma discussão sobre essa narrativa e sobre o direito universal ao ensino superior. Se a premissa é que o ensino superior é uma ferramenta de qualificação, não só da vida pessoal, mas também da própria qualificação das sociedades, ele deve ser universalizado.

5) Em que medida o ensino superior angolano está ou não articulado com o tecido empresarial, de modo a potenciar o desenvolvimento?

Me parece faltar alguma articulação, sim. Eu falo, por exemplo das escolas e institutos de formação de professores, que melhor conheço.

O máximo que fazemos de articulação tem função totalmente utilitarista e promove uma relação desigual entre a universidade e as instituições com as quais a universidade se relaciona. É o que ocorre quando as IES de formação de professores entram em contato com as Direcções Provinciais da Educação para celebrar acordos de cooperação unilaterais, que servem apenas para na maior parte dos casos, apenas para garantir o espaço de estágio ou de práticas pedagógicas para os alunos.

Deste modo, o estudante faz as suas aulas práticas e ao terminar termina sua relação com a escola. A pergunta importante é: como fica a escola que recebe os estagiários? Quando este estudante se vai o que é que ele ofereceu à escola e que relação de cooperação se estabelece entre as duas instituições?

Na minha opinião, perdemos a oportunidade de utilizar este espaço de cooperação para fazer uma real articulação ao menos entre instituições de ensino sejam elas públicas ou privadas, potencializando o funcionamento das próprias escolas que recebem os estagiários.

Depois temos as instituições de engenharias, por exemplo, estas também não têm em sua maioria planos que de facto permitam fazer essa articulação. O que existe novamente são estágios negociados muitas vezes pelos próprios alunos.

Então para mim o que faltam são também políticas públicas que façam melhores articulações entre universidade e empresas criando incentivos reais para uns e outros, e provocando as universidades para contribuírem com o desenvolvimento das empresas, por meio dessas cooperações através de um trabalho que deve começar por ser um trabalho metodológico de estabelecimento daquilo que se quer, como se quer e por quanto tempo se quer.

6) Considera desejável e possível o intercâmbio académico com outros países da região, ou mesmo da Europa e do mundo? Porquê?

Eu considero que sim e que não.

Sim, porque não existe instituição de ensino superior que se torne relevante sem que se internacionalize. A internacionalização é, hoje, um dos maiores veículos de qualificação das universidades, pois por meio dela garantimos a mobilidade de

docentes, discentes e técnicos. Esse intercâmbio acadêmico é parte do que vai propiciar a internacionalização da instituição.

Não, porque acredito que a internacionalização deve ser, antes de tudo, uma escolha estratégica. Para mim, a melhor estratégia para as universidades angolanas seria investir, em primeiro lugar, na cooperação local (entre instituições angolanas). Em seguida, a cooperação deveria ocorrer entre países africanos próximos (e a língua seria talvez o melhor veículo de proximidade), depois com a região, por exemplo, da África Subsaariana, envolvendo países do mesmo espaço geopolítico (sul-global) e apenas mais tarde com a Europa.

Assim, me parece que a melhor estratégia é a gradação. É importante que exista um intercâmbio mais ou menos igualitário do tipo sul-sul, que permita que, por exemplo, países como Angola dialoguem com países “iguais” como Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau. Num segundo nível, devemos incluir países que estão na região, mas que não falam a mesma língua (Namíbia, África do Sul, Zâmbia, RDC). Apenas depois de conseguirmos isso de forma eficaz, com alguma maturidade e coesão, devemos começar a trabalhar mais intensamente no intercâmbio com outros continentes.

O intercâmbio com a Europa, por exemplo, ainda é muito prematuro. Se o realizarmos, deve ser para aspectos muito específicos e bem ponderados, para evitar o risco de uma cooperação subalternizante, pois a maior parte das instituições europeias possui um percurso histórico mais longo e agendas bem consolidadas. Dessa forma, nosso intercâmbio não seria ainda equânime; ele seria sempre desigual, pois seríamos utilizados como uma espécie de repositórios de interesses já pré-estabelecidos dessas grandes universidades. Portanto, antes de investirmos no intercâmbio com a Europa, deveríamos primeiro investir na cooperação entre instituições angolanas, entre instituições africanas da mesma região, expandindo-nos para todo o continente e, apenas depois, em direção ao exterior, e eventualmente à Europa.

Entrevista realizada pela revista em Novembro de 2024.



Este artigo está licenciado sob a licença:

Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License. Ao submeter o manuscrito o autor está ciente de que os direitos de autor passam para a Revista Olhar Científico.